



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570441 - SP (2020/0079227-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GUILHERME GOUVEA PICOLO
ADVOGADO : GUILHERME GOUVÊA PICOLO - SP312223
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C N D (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de **C. N. D.**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado pelos delitos tipificados no art. 217-A, caput, do Código Penal; e no art. 241-D, parágrafo único, I, e art. 241-B, caput, ambos da Lei n. 8.069/1990, na forma do art. 69, caput, do CP, e encontra-se em execução de pena.

Em síntese, a defesa alega que o paciente faz jus à prisão domiciliar, com amparo no que prevê a Recomendação n. 62 do CNJ, de 17/03/2020, em razão da superlotação carcerária e do risco a sua saúde, decorrente da pandemia do COVID-19.

Relata que o paciente se encontra preso preventivamente desde 27/10/2017, e que integra o grupo de risco do COVID-19, pois é deficiente físico (paraplégico) e possui saúde vulnerável (portador de quadro clínico de bexiga neurogênica, o que ocasiona infecções urinárias recorrentes).

Afirma que o paciente é primário, sem faltas disciplinares, possui ocupação lícita (operador de telemarketing) e endereço fixo.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que lhe seja deferida a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Verifica-se que a questão relacionada à possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar, diante da pandemia pelo novo coronavírus, não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, o que impede seu conhecimento por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Sobre o tema:

"A questão relativa à alegada demora injustificada na instrução processual não foi objeto de exame pela Corte de origem, no acórdão recorrido, o que obsta a sua análise no presente recurso, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância." (RHC 107.631/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019).

"Em relação à prisão preventiva e ao excesso de prazo, verifica-se que as irresignações da defesa não foram objetos de cognição pela Corte de origem, o que torna inviável a sua análise nesta sede, sob pena de incidir em indevida supressão de instância, conforme reiterada jurisprudência desta Corte." (RHC 111.394/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019).

"A alegação de nulidade das provas obtidas por devassa ilegal de celulares apreendidos não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, o que impede o enfrentamento do tema por esta Corte sob pena de indevida supressão de

instância." (HC 521.341/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 1º/10/2019, DJe 11/10/2019).

"A tese concernente à inépcia da denúncia não foi analisada pelas instâncias de origem, circunstância que impede o seu exame direto por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes." (RHC 116.137/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 8/10/2019, DJe 14/10/2019).

Ademais, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, em decisão recentíssima, conclamou os Juízes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697&ori=1>), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

"Em decisão assinada na terça-feira (17), o ministro Marco Aurélio, relator da ação, negou seguimento ao pedido sob o entendimento de que, do ponto de vista formal, o IDDD não é parte legítima (...). Entretanto, o ministro decidiu, de ofício (iniciativa própria), conclamar os juízes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios. Essa decisão foi levada a referendo do Plenário na sessão de hoje (18).

Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do relator sobre a ilegitimidade de *amicus curiae* para requerer medida cautelar. Porém, **divergiram quanto a recomendação aos juízes de execução penal**. O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ **recomendou a análise de situações de risco caso a caso**. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de ofício das sugestões" (grifou-se).

Noutro giro, a despeito da alegação do impetrante no sentido de que o pleito também encontraria amparo nos arts. 41 e 117 da LEP e 318 do CPP, verifica-se das razões do *mandamus* que a defesa não refuta, em momento algum, os fundamentos apresentados pelo acórdão impugnado ao denegar a ordem, quais sejam (e-STJ, fls. 19-20, com destaque):

"[...] embora demonstrado nos autos que o paciente esteja acometido por enfermidades, **não restou comprovado que o estabelecimento prisional não pode fornecer o tratamento adequado** ou, ainda, que este seja ineficaz. Ao contrário, como admitido na impetração, **ele recebe atendimento diário na enfermaria, bem como a medicação adequada** à sua condição que, embora reclame o impetrante por vir 'em doses mínimas', certamente são as necessárias para o seu tratamento (fls. 06 a 07)."

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator